

CIDADANIA E CRISE EM TEMPOS COMPLEXOS: NOTAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HOLÍSTICA

Bianca Pazzini ¹

Carolina Belasquem Oliveira ²

Resumo: Este artigo científico tem por objeto propor algumas reflexões acerca da complexa crise que vivemos na atualidade, especialmente no que se refere à dificuldade de implementação de uma cidadania efetiva. Procura-se demonstrar que a superação da crise somente será possível se adotada uma postura holística, uma vez que a ótica científicista newtoniana-cartesiana não mais consegue proporcionar respostas condizentes com esta difusa realidade pós-moderna e globalizada.

Palavras-chave: Cidadania; Crise; Globalização; Holismo.

Abstract: This scientific article intends to propose some reflections about the complex crisis that we currently living, especially as for to the difficulty of implementing an effective citizenship. The objective is to demonstrate that overcoming the crisis will only be possible if adopted a holistic approach, because the optical Newtonian-Cartesian scientific no longer able to provide consistent answers to this post-modern and globalized diffuse reality.

Keywords: Citizenship; Crisis; Globalization; Holism.

[...] para o melhor e para o pior, cada um de nós, rico ou pobre, traz em si, sem saber, o planeta inteiro (MORIN; KERN, 2003, p. 36).

Introdução

Vivemos em uma sociedade complexa e à beira do abismo social, político e ecológico. A crise é ampla, profunda e generalizada. Dessa maneira, superar tal crise requer a correção de situações muito complexas, que envolvem aspectos dos mais diversos.

Tudo está muito interligado, e as questões ecológicas apresentam grande intimidade com as questões políticas, econômicas e sociais. Assim, não podem ser tratadas separadamente, e quando um problema surge, não deve ser resolvido de maneira isolada, mas no contexto de sua complexa realidade.

Esse trabalho tem por objeto tornar possíveis algumas reflexões acerca dessa crise generalizada vivida na atualidade, partindo de uma visão integral e não compartimentada, o

¹ Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CAPES de Pesquisa. Pesquisadora do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS) da FURG e do Grupo de Pesquisa em Direito e Justiça Social da FURG. Advogada. E-mail: biancapazzini@gmail.com

² Aluna especial do Mestrado em Direito e Justiça Social da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Pós Graduanda em Direito Civil e Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na rede Luis Flávio Gomes (LFG). Advogada. Email: carol-b-o@hotmail.com.

que permitirá uma profunda reflexão sobre a verdadeira natureza do conceito de cidadania. Acima de tudo, é necessário ter em mente do equilíbrio do Planeta Terra depende a sobrevivência humana, não obstante se reconheça a importância individual de cada ser.

Para tanto, a primeira parte do texto presta-se a proporcionar uma análise da questão da cidadania, a partir de seu contexto e conceitos. A segunda parte do trabalho apresentará a crise vista a partir da visão holística proposta por Capra, em contraponto à ótica cientificista cartesiana e baconiana. Por fim, analisar-se-á a globalização pela via de seus mais diversos efeitos, partindo das maleficências e culminando nas suas possibilidades.

Espera-se, com isso, contribuir para a superação dessa crise que é também epistêmica.

1. Cidadania em um Contexto de Transformações e Crises: Algumas Reflexões

A cidadania trata-se de um aspecto intenso e amplamente importante no desenvolvimento político e social dos povos – ao permitir que os cidadãos participem das matérias relevantes do Estado por meio do exercício de prerrogativas inerentes à sua condição inalienável de cidadão. É sua implementação aprofundada que permitirá o vislumbre de uma verdadeira democracia.

No entanto, muito embora se perceba que a cidadania seja muito atraente – pelo empoderamento que fornece ao seu exercente – e tenha grande poder de propagação, não consegue se ver implementada no seio social, a ponto de comprometer inclusive a efetivação de uma democracia material.

À guisa de introdução, como ferramenta didática de dimensionamento conceitual, vale lembrar que Marshal vislumbrou três dimensões de cidadania, a saber:

- a) cidadania civil - que englobaria os direitos necessários a (sic) liberdade individual - ir e vir, imprensa, pensamento e fé, propriedade e conclusão de contratos válidos, justiça igual, etc.;
- b) cidadania política - que englobaria o direito de participar no exercício do poder político;
- c) cidadania social - que englobaria tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (BIRNFELD, 2006, p. 29-30).

Não é difícil perceber que essa categorização é meramente enunciativa, e a despeito de sua importância doutrinária, em nada facilitou a implementação da cidadania nos Estados.

Nessa medida, o que se nota é que a cidadania permanece sem se concretizar, não alcançando avanços mínimos à consecução da dignidade da pessoa humana.

O próprio Marshal reconhece que, longe de ser um conceito rígido dividido em categorias estanques, deve a cidadania ser vista como um processo, pois resulta em uma amplitude muito maior do que “a tipologização civil-político-social alcança” (BIRNFELD, 2006, p. 51).

Por essa ótica, a construção da cidadania perpassa necessariamente pelas condições históricas e sociais nas quais os indivíduos se inserem, pois transparecem o *modusvivendi* desses que passarão a atuar como sujeitos políticos. Com o decorrer da trajetória construída por essas condições é que se concretiza, com mais ou menos eficácia e paulatinamente, as noções de cidadania de determinada sociedade.

De outra banda,

O que efetivamente parece faltar à obra de MARSHAL é exatamente um aprofundamento sobre o conjunto de fenômenos que em última instância acaba por determinar esta ou aquela conformação de cidadania: os conflitos sociais. É imprescindível destacar, destarte, a base conflitiva que engendra as transformações no campo da cidadania, parte indissociável deste processo (BIRNFELD, 2006, p. 52).

Para cada tentativa de progresso social, há o surgimento de uma força reacionária equivalente para defesa do mantimento do *statusquo*. E é essa tensão não abordada por Marshal, dado que este apenas mostrou o que se poderia ver como ‘lado otimista’ da história. Para a conquista de qualquer avanço efetivo em termos de cidadania – sufrágio universal, conquista de direitos femininos, cotas raciais nas universidades, etc – é necessário antes perpassar por um cenário de grande embate, classista ou não –, permeado de muita luta social não raramente regado a suor e sangue.

Em que pese os grandes avanços já alcançados, a situação não é nada animadora. Pelo que se entende, o exercício da cidadania, para ser implementado, requer a existência de requisitos formais e materiais. Os requisitos formais seriam àqueles ligados à existência de possibilidades jurídicas nesse sentido, tais como: democracia consagrada e instituída no Estado, meios legais de fiscalização do Estado, políticas públicas cidadãs, etc. Já os requisitos materiais tratar-se-iam das condições sociais, educacionais, políticas, educacionais e culturais (para dizer o mínimo) propiciadas aos habitantes de determinada localidade, que os tornassem aptos a pensarem sua realidade social e motivados a ponto de se posicionarem exigindo as atenções que julgam devidas pela administração estatal. Pelo que se vê, é a cidadania material

algo quase utópico, muito longe de ser atingida em Estados que não conseguem propiciar o mínimo existencial para seu povo.

Ter habitantes não basta. Ter um povo não basta. Necessário é formar cidadãos. Mas para transformar um habitante (cidadão em potencial) em cidadão (efetivo) é necessário muito mais do que prover água, comida e um pouquinho de assistência. É necessário também retirá-lo da alienação, propiciando-lhe educação de qualidade, políticas culturais, saúde preventiva (e não apenas cura de doenças), e ainda, um meio ambiente sadio (isso para, novamente, dizer o mínimo). E tamanhas providências, como já se sabe, decorrem da efetivação de uma tarefa complexa, que não pode ser tratada homeopaticamente ou de maneira parcelada, requerendo tratamento integral e completo.

2. Fritjof Capra e a Visão Holística da Crise

Ocorre que a resolução dos problemas que impedem o exercício (material) da cidadania “são sistêmicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Logo, resolvê-los é uma tarefa extremamente árdua, pois não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica das nossas disciplinas acadêmicas e de nossos organismos governamentais” (CAPRA, 1982, p. 23). É pouco, portanto, resolver o problema da saúde pública sem propiciar as demais necessidades dos cidadãos. É pouco também ter cidadãos politicamente esclarecidos que não entendam da importância do desenvolvimento sustentável e da necessidade de respeito a todas as formas de vida.

Segundo Fritjof Capra, todas as crises existentes na atualidade “– tecnológicas, econômicas, políticas, ecológicas, sociais, etc – decorrem de uma única crise: de percepção” (1982, p. 13), pois ainda estamos tentando aplicar conceitos já ultrapassados e obsoletos – referentes à ótica reducionista e mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana – “a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos”. Isso por vivermos “hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não oferece” (CAPRA, 1982, p. 14).

É por essa razão que o conhecimento dos chamados ‘especialistas’ não se mostra mais como apto a resolver os problemas sociais, políticos, culturais ou ecológicos mais

elementares. A complexidade da situação vivida requer muito mais do que uma visão tecnocientífica, mas a aplicação de conhecimentos holísticos aptos a enxergar a conjuntura sistêmica do panorama atual.

Também segundo Capra,

Ao observarmos a natureza dos nossos desafios [...] podemos reconhecer a confluência de diversas transições. [...] Cada um desses processos tem periodicidade distinta, mas todos eles envolvem períodos de transição que acontece estarem coincidindo no presente momento. Entre essas transições existem três que abalarão os alicerces de nossas vidas e afetarão profundamente nosso sistema social, econômico e político (CAPRA, 1982, p. 27).

A primeira transição refere-se ao declínio do patriarcado, que, em seus três mil anos de existência, era preponderante a ponto de nunca ser questionado. O domínio do homem sobre a mulher sempre foi encarado como ‘lei da natureza’ e atinente à condição humana, o que apenas recentemente vem sendo desconstruído.

A segunda transição diz ao “declínio da era do combustível fóssil”, pois a mudança para outras formas de produção de energia envolve grandes transformações políticas e econômicas – e, pelo que se entende, também ambientais.

Por fim, a terceira transição – vista como a mais importante – é a chamada “mudança de paradigma”, tratando-se da superação dos valores “que estiveram associados a várias correntes da cultura ocidental, dentre elas a revolução científica, o Iluminismo e a Revolução Industrial. Incluem a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento”, dentre outros valores (CAPRA, 1982, p. 27-8).

É nesse contexto de instabilidade – decorrente do declínio do patriarcado, do final da era do combustível fóssil e da mudança de paradigma – que ocorre a crise atual, de dimensões globais, em função de uma transição forte, profunda e sistêmica, apta a, quando finda, inaugurar uma nova realidade.

Para fins de esclarecimento, é necessário notar que a utilização da expressão ‘sistêmico(a)’ por Capra em nada corresponde à abordagem da conhecida Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. O sociólogo alemão, embora tenha partido de uma concepção holística de conhecimento (em detrimento do sistema reducionista-mecanicista de Descartes, Newton e Bacon) apresenta uma teoria de que os sistemas sociais (políticos, jurídicos, econômicos, etc) recriam-se e realimentam-se a partir da realidade de seus próprios elementos. Tal fato reduziria em muito a complexidade social, porque os sistemas autopoieticos encontram soluções em seu próprio âmbito. É por essa razão que a teoria vislumbrada por Luhmann em

nada corresponde com a teoria de Capra, pois aquela contradiz com uma visão holística, integral e complexa de conhecimento – por fragmentar o que deve ser visto integralmente.

Ainda utilizando o conhecimento proporcionado por Fritjof Capra, tem-se na filosofia taoísta um modelo de dinâmica cultural apta a acompanhar esse processo de profundas mudanças. Segundo tal autor, “o yin e o yang nunca foram associados a valores morais. O que é bom não é yin ou yang, mas o equilíbrio dinâmico entre ambos, o que é mau ou nocivo é o desequilíbrio entre os dois” (1982, p. 35).

A ação yin teria consciência do meio ambiente (eco-ação), e yang, do ‘eu’ (ego-ação). Logo, para se obter a situação ideal, devemos agir observando também o meio ambiente que nos rodeia (e é ubíquo), ultrapassando o mero egoísmo a fim de alcançar o equilíbrio.

Comparando de outro modo, yin e yang poderiam ser comparados aos métodos intuitivo e racional de conhecimento, pois são

[...] modos complementares de funcionamento da mente humana. O pensamento racional é linear, concentrado, analítico. Pertence ao domínio do intelecto, cuja função é discriminar, medir e classificar. Assim, o conhecimento racional tende a ser fragmentado. O conhecimento intuitivo, por outro lado, baseia-se numa experiência indireta, não-intelectual, da realidade, em decorrência de um estado ampliado de percepção consciente. Tende a ser sintetizador, holístico e não-linear. Daí ser evidente que o conhecimento racional é suscetível de gerar atividade egocêntrica, ou yang, ao passo que a sabedoria intuitiva constitui a base da atividade ecológica, ou yin (CAPRA, 1982, p. 36).

É de grande riqueza a visualização de yin como natureza e matriarca (mulher) em oposição a yang como ciência newtoniana e patriarca (homem), o que alia, de maneira muito interessante, a exploração da natureza com a subalternização da mulher ao longo da história humana.

Desde as mais remotas épocas, a natureza – e especialmente a terra – tem sido como uma nutriente e benévola mãe, mas também como uma fêmea selvagem e incontrolável. Em eras pré-patriarcais, seus numerosos aspectos foram identificados com as múltiplas manifestações da Deusa. Sob o patriarcado, a imagem benigna da natureza converteu-se numa imagem de passividade, ao passo que a visão da natureza como selvagem e perigosa deu origem à idéia (sic) de que ela tinha de ser dominada pelo homem. [...] Com o surgimento da ciência newtoniana, finalmente, a natureza tornou-se um sistema mecânico que podia ser manipulado e explorado, o que coincidiu com a manipulação e a exploração das mulheres. Assim, a antiga associação de mulher e natureza interliga a história das mulheres e a do meio ambiente e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia que está se manifestando hoje em grau crescente (CAPRA, 1982, p. 37-8).

Tal comparação é riquíssima por trazer, em um único exemplo: (a) a comparação entre as visões compartimentada (linear) e do todo (sistêmica); (b) por unir às lutas femininas às lutas ecológicas, trazendo à tona a importância de duas das mais importantes lutas da

atualidade; e (c) por mostrar a barbárie decorrente do desequilíbrio entre yin (feminino, natureza e conhecimento sistêmico) e yang (masculino, ciência e conhecimento mecânico).

Cada vez mais fica claro que a ênfase no método científico – e no pensamento analítico e racional – leva a atitudes profundamente desagregadoras do ponto de vista ecológico. Além disso, “a compreensão dos ecossistemas é dificultada pela própria natureza da mente racional. O pensamento racional é linear, ao passo que a consciência ecológica decorre de uma intuição de sistemas não-lineares”, pois “Os ecossistemas sustentam-se num equilíbrio dinâmico baseado em ciclos e flutuações, que são processos não-lineares” (CAPRA, 1982, p. 38).

Os conhecimentos tradicionais – como dos índios da América do Sul – são não-lineares, e dão exemplo do que é estar em harmonia com a natureza. Eles não separam o homem enquanto ser biológico do homem enquanto sujeito cultural. Já em nossa civilização, mudamos o meio ambiente a ponto de perder quaisquer conexões com nossas bases biológicas e ecológicas. Além disso, pensamos apenas com a mente, e as sociedades tradicionais não fazem essa separação, existindo na natureza (e pensando) com todo o seu corpo.

Por fim, cabe ressaltar então que, partindo do que se viu acima, é necessário encontrar o equilíbrio entre yin e yang, para que a visão mecanicista e cartesiana de mundo (yang) dê lugar a uma visão holística e ecológica (yin) – sem ser totalmente excluída, mas aplicada de maneira mais ponderada. Fazer essa comparação não significa conceber as tensões hodiernas sob um prisma místico e transcendental, como talvez quisesse Capra, mas vale enquanto prisma filosófico para enxergar o que o próprio tecnicismo não deixava.

3. Mudando o Paradigma: a Transição do Fragmento para o Todo

Pelo que já se viu, o cientificismo não dá conta de resolver os complexos problemas dessa nossa pós-modernidade, pois as “teorias científicas não estarão nunca aptas a fornecer uma descrição completa e definitiva da realidade. Serão sempre aproximações da verdadeira natureza das coisas. Em termos claros: os cientistas não lidam com a verdade; eles lidam com descrições da realidade limitadas e aproximadas” (CAPRA, 1982, p. 45).

O método cartesiano – que originou toda essa concepção cientificista – consistia em dividir pensamentos e problemas em partes menores, para resolvendo problemas menores, encontrar a solução maior. Para “Descartes, o universo material era uma máquina, nada além de uma máquina. Não havia propósito, vida ou espiritualidade da matéria. A natureza

funcionava de acordo com leis mecânicas, e tudo no mundo material podia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes” (CAPRA, 1982, p. 56).

Logo, a ciência é apta a resolver problemas cientificistas, não da realidade. Isso porque a realidade apresenta situações evidentemente complexas e multidimensionais, que misturam aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, etc, pelo qual a soma das partes não dá como resultado o todo, mas muito mais.

De acordo com a ótima lição de Morin e Kern,

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos soltos, fraciona os problemas, separa o que está ligado, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de uma inteligência ao mesmo tempo míope, presbita, daltônica, caolha; na maioria das vezes acaba ficando cega. [...] Assim, quanto mais multidimensionais os problemas, tanto maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto maior a crise, tanto maior a incapacidade de pensá-la; quanto mais planetários os problemas, tanto menos eles são pensados. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega produz inconsciência e irresponsabilidade, tornando-se assim mortífera (MORIN; KERN, 2003, p. 157).

Ressalte-se que essa visão mecânica do universo inexistia até Newton, e que foi Francis Bacon que implementou a ciência como conhecimento para ser usado para controlar e dominar a natureza. Para ele, a natureza era uma mera escrava e servente, devendo ser reduzida à obediência – tal cientista teve influência inclusive em julgamentos de “bruxas”. Tinha uma ideia de natureza “como uma mulher cujos segredos têm que ser arrancados mediante tortura”, engendrando uma opressão sexista de dimensões absurdas (CAPRA, 1982, p. 49).

Assim, diante de tamanho despautério é que se concorda que uma visão holística – e ética – de compreensão da realidade é que deve prevalecer, pois apenas desta forma serão respeitadas as diferenças e peculiaridades das partes verificadas dentro desse todo – sendo ‘partes’ as pessoas ou culturas, e ‘todo’ o Planeta Terra.

Além do mais,

A identidade terrestre e a antropolítica não poderiam ser concebidas sem um pensamento capaz de ligar as noções separadas e os saberes compartimentados. Os conhecimentos novos que nos fazem descobrir a Terra-Pátria - a Terra-sistema, a Terra-Gaia, a biosfera, o lugar da Terra no cosmos - não terão nenhum sentido enquanto estiverem separados uns dos outros. Repetimos: a Terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, na qual a vida é uma emergência da história da Terra e o homem uma emergência da história da vida - terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma redutora nem de forma separada. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e sobre-natural, tem sua origem na natureza viva e física, mas emerge dela e se distingue dela pela cultura, o pensamento e a consciência (MORIN; KERN, 2003, p. 158).

A Terra é una e indivisível, e ‘enxerga’ seus habitantes também como um todo indivisível, sem preferências de cor, sexo, espécie ou condição econômica. Logo, é errôneo entender que uma cultura prevalece sobre a outra, que o poderio econômico de uns dá direito ao subjugo de outros, ou que a cor de uns dá direito a tratamento inferior de outros. Assim, embora sejamos todos componentes de ambientes e culturas *sui generis*, estamos cada vez mais próximos e sujeitos à vivência comunitária. Segundo Morin e Kern: “Não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e os povos, mas também para os indivíduos” (2003, p. 34-5).

Assim, para que se propicie um melhor partilhamento de vivências no planeta, a natureza humana de exclusão do “outro” deve ser questionada, pois, embora os seres humanos tenham se espalhado pelo globo terrestre e desenvolvido diferentes hábitos, preponderam em todos eles dois elementos comuns: a humanidade e a participação na “era planetária” ou “aldeia global” ou “mundialização”.

Para Morin e Kern, os “múltiplos processos de mundialização (demográficos, econômicos, técnicos, ideológico etc.) são interferentes, tumultuosos, conflituosos” (2003, p. 25), pelo que difícil manter a harmoniosa convivência pacífica dos mais diversos povos e culturas, cabendo a cada um aprender a arte de viver em uma grande aldeia global.

4. Pós-Modernidade e Globalização: Efeitos e Possibilidades

O mundo pós-moderno – delineado pelos efeitos da globalização –, apresenta tantas maravilhas tecnológicas quanto avanço paulatino da segregação econômica e social, gerando cada vez mais opressão e desigualdade. De acordo com Birnfeld (2006, p. 79), há uma “exclusão dos frutos da riqueza pela crescente desigualdade de renda, exclusão do processo produtivo pelos crescentes avanços tecnológicos e ainda uma exclusão do pensar, da capacidade criativa, engendrada subliminarmente pelos processos anteriores e respectivos mecanismos de cooptação e de alienação”.

Logo, não bastasse a segregação econômica, que, de per si, já é suficientemente trágica por gerar também exclusão social, a natureza como um todo – por ser um sistema integrado – sente os danos causados pelo homem de maneira sistêmica e sem a observância de fronteiras políticas. A poluição ambiental, assim como a economia, é globalizada, alastrando o mal dos países “desenvolvidos” para os demais. Desse modo, quem acaba por sofrer com os

danos nelas causados são as populações mais socialmente vulneráveis, que são as que menos têm condições de suportar tais danos porque antes já sofrem com os já citados malefícios do capitalismo. Tem-se aí um círculo vicioso da pobreza.

O “ar está poluído, o ecossistema terrestre dá sinais de esgotamento e aponta, mantidos os atuais níveis de desenvolvimento, para a inviabilidade da permanência de muitas espécies no planeta Terra, inclusive a humana, o que aponta para uma espécie mais nefasta de exclusão: a exclusão do futuro” (BIRNFELD, 2006, p. 79).

Estão intrinsicamente ligados, portanto, os problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e inclusive pessoais, pelo que já se percebe por uma ótica holística. Todavia, segundo Birnfeld, essa crise pode “ser analisada com alguma eficácia a partir do seu resultado principal: o da intensa capacidade de exclusão apresentada pelo sistema como um todo, crescente num ritmo quase geométrico”. E essa exclusão, que já esta arraigada na sociedade, apresenta-se “sob a égide de quatro facetas distintas”, a saber: (a) exclusão dos frutos do processo produtivo: cujo resultado positivo culminou na criação da cidadania social, nunca efetivamente implementada; (b) exclusão do processo produtivo: referente à quase completa dispensabilidade do trabalho humano para o novíssimo sistema produtivo transnacional – não é preciso salientar que, de novo, quem sofre mais com isso é que mais precisaria disso para sobreviver; (c) exclusão do pensar: que diz “à própria lógica produtivista do sistema”, que conta com grande poder propulsor, pois inicia “pela indução desordenada ao consumo e vai até a legitimação de uma lógica arbitrária ancorada numa racionalidade pretensamente neutra, técnica e absoluta”. Tal lógica é a mais cruel, ao “formatar o desejo subjetivo, subordinando o sucesso à aquisição de mercadorias e a criatividade à aceitação mercadológica, assim como o bem-estar social ao crescimento econômico ilimitado”; e, por fim, (d) exclusão do próprio futuro: correspondente à falta de habilidade para lidar com o planeta, o que culmina em devastação e esgotamento dos recursos terrestres (BIRNFELD, 2006, p. 83-4). Para tal autor, a cidadania ecológica seria uma reação necessária imprescindível a essas quatro ordens de exclusão, porque, embora parecendo utópica, “só uma solução ampla neste sentido está efetivamente apta a fornecer uma solução eficaz para a crise contemporânea” (2006, p. 84).

Entende-se que a questão ecológica acaba por preponderar entre as demais justamente porque sua não observância leva, necessariamente, à ruína das condições de vida humana no planeta Terra. E dessa questão não há como dissociar os pesados processos de industrialização que continuamos a sofrer. Capra se manifesta nesse sentido:

O excessivo crescimento tecnológico criou um meio ambiente no qual a vida se tornou física e mentalmente doentia. Ar poluído, ruídos irritantes, congestionamento

de tráfego, poluentes químicos, riscos de radiação e muitas outras fontes de estresses típico e psicológico passaram a fazer parte da vida cotidiana da maioria das pessoas. [...] A tecnologia humana está desintegrando e perturbando seriamente os processos ecológicos que sustentam nosso meio ambiente natural e que são a própria base da existência (CAPRA, 1982, p. 226-7).

No entanto, tal entendimento ainda não é suficientemente adequado se comparado à profunda visão de Félix Guattari, que, em sentido mais complexo, entende que a deterioração se revela no que ele chama de “as três ecologias”, a saber: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana. Articula, assim, uma maneira muito peculiar de pensar a ecologia, além de seu mero aspecto ambiental (o que evidentemente já não seria pouco). Para resolver tal problemática tal pensador propõe uma “articulação ético-política” ou uma “ecosofia”, e ressalta que: “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2012, p. 9).

Além de toda a problematização acima trazida, há outras duas decorrências da globalização que merecem ser colocadas em discussão, a saber: “a crise do desenvolvimento” e o “duplo processo, antagônico e ligado, da solidarização e da balcanização do planeta”, culminando esta última nas discussões acerca do multiculturalismo e da federalização do globo.

Sobre o desenvolvimento, Morin e Kern ressaltam que há dois aspectos a serem ressaltados:

De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecnocrômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento (MORIN; KERN, 2003, p. 78).

Esse subdesenvolvimento faz do desenvolvimento uma falácia, pois seu âmbito econômico em nada corresponde ao social – o maior exemplo disso é a China, com elevadíssimas taxas de desenvolvimento econômico e um péssimo índice de bem-estar social. E a pobreza gerada por ele não apenas atinge a coletividades das nações, mas a subjetividade e identidade de suas populações. Nesse sentido:

Assistimos à última fase do aniquilamento das culturas de caçadores-coletores que subsistiam ainda nas florestas tropicais, nas montanhas selvagens, nas extensões

desérticas. Os progressos da medicina trazem higiene e cura, mas fazem perder os remédios e práticas dos curandeiros ou feiticeiros; a alfabetização traz a cultura escrita, mas destrói as culturas orais portadoras de saberes e sabedorias milenares. Os tipos tradicionais de personalidade são desestruturados (MORIN; KERN, 2003, p. 81).

Um bom exemplo disso é trazido pelo filme de ficção “Os Deuses devem Estar Loucos”, que mostra a história de uma tribo que não tinha nenhum contato com o “mundo civilizado” até que são presenteados ‘pelos deuses’ com uma garrafa de Coca-cola vazia (jogada, na verdade, por um piloto que voava nos arredores). A comunidade vive em perfeito equilíbrio até que a interferência do mundo ocidental passa a gerar uma série de desequilíbrios em sua convivência. O exemplo hoje já se mostra como inverossímil, mas serve para elucidar esse viés desestruturador do desenvolvimento.

Sob outra perspectiva, tem-se ainda – como efeito da globalização – o que Morin e Kern chamam de duplo processo de solidarização e balcanização do planeta, caracterizado pelo surgimento dos Estados-nação. Desse modo,

Cada vez mais, ao longo deste século, afirma-se a aspiração irresistível a constituir uma nação dotada de um Estado onde havia antes a etnia. Essa aspiração se exprime com frequência em sentido contrário às realidades ou aos interesses econômicos, o que mostra que a exigência de nacionalidade tem fontes diferentes (necessidade de autonomia e de auto-afirmação, necessidade de retorno às fontes, de raízes, de comunidade) (MORIN; KERN, 2003, p. 71).

Fica claro que a necessidade de pertencimento (a uma cultura) e afirmação da identidade são inerentes à condição humana. De nada adiante desenvolvimento econômico sem a possibilidade de exercícios das prerrogativas mais intrínsecas da humanidade. O ser humano precisa sentir-se pertencente a uma nação e pensar coletivamente, sob pena de perder-se em vida. Para Capra “as características biológicas e culturais da natureza humana não podem ser separadas. A humanidade surgiu do próprio processo de criar cultura, e necessita dessa cultura para a sua sobrevivência e ulterior evolução” (CAPRA, 1982, p. 291-2).

Essa questão é bem interessante por retratar os aspectos mais intrínsecos da natureza humana. Além disso, vale refletir que o processo de solidarização – que nasce da antagônica balcanização do planeta – deve servir para fazer nascer um sentimento de pertencimento não só a uma comunidade local ou pátria, mas de todo o globo (sem perder os traços identitários). Chega a hora de desenvolvermos laços mais profundos com o planeta que nos abriga. Essa é a lição de Morin e Kern:

A pátria é um termo masculino/feminino que unifica em si o materno e o paterno. O componente matripatriótico confere valor materno à mãe-pátria, terra-mãe, para a

qual se dirige naturalmente o amor, e confere poder paterno ao Estado ao qual se deve obediência incondicional. A pertença a uma pátria efetua a comunhão fraterna dos "filhos da pátria". Essa fraternidade mitológica é capaz de congrega milhões de indivíduos que não têm nenhum vínculo consanguíneo. E assim a nação restaura em sua dimensão moderna o calor do vínculo da família, do clã ou da tribo, perdido exatamente por causa da civilização moderna que tende a atomizar os indivíduos. Ela restaura no adulto a relação infantil no seio do lar protetor. Ao mesmo tempo, o Estado oferece força, armas, autoridade, defesa (MORIN, KERN, 2003, p. 72).

O planeta não é apenas um objeto redondo, gigante e amorfo. Não é apenas algo físico, composto de biosfera e humanidade. Mais que isso, é uma totalidade rica, complexa, independente e auto-organizada, para a qual devemos olhar com admiração e respeito, lembrando de nossa mera posição de espectadores de uma realidade muito maior do que pode propiciar nossa vida 'tribal'. Não obstante isso, por mais contraditório que pareça, há que se reconhecer que nossa cultura e nossa biologia – intrinsicamente ligadas, como já apontado – são os elementos que nos situam nesse planeta e permitem o desenvolvimento de nossas identidades, coletiva ou individualmente.

Cada ser humano é um cosmos, cada indivíduo é uma efervescência de personalidades virtuais, cada psiquismo secreta uma proliferação de fantasmas, sonhos, ideias. Cada um vive, do nascimento à morte, uma tragédia insondável, marcada por gritos de sofrimento, de prazer, por risos, lágrimas, desânimos, grandeza e miséria. Cada um traz em si tesouros, carências, falhas, abismos. Cada um traz em si a possibilidade do amor e da devoção, do ódio e do ressentimento, da vingança e do perdão. Reconhecer isso é reconhecer também a identidade humana. [...]

É o que nos canta em toda parte a poesia, é o que nos diz em toda parte a literatura. E, por mais separados que estejamos pela língua, pelo tempo, pela cultura, podemos nos comunicar com o estrangeiro em sua literatura, sua poesia, sua música e seu cinema, podemos reconhecer o tecido comum, diversamente expresso, de que somos feitos, com o fugitivo albanês, o pastor sardo, o samurai, o imperador da China, o escravo de Roma, o miserável de Paris, o culpado de Petersburgo, o inocente... (MORIN; KERN, 2003, p. 59)

Em suma, preponderando tudo o que já se viu até agora, é necessário ter consciência do nosso lugar no mundo, enquanto ser único, mas é necessário também preponderar que fazemos parte de algo muito maior. Tudo está ligado, o que significa que as ações têm consequências em escala global e que somos responsáveis – cada um com suas forças – pela evolução do planeta inteiro.

Mais que uma cidadania ecológica, social ou política, chega o momento de pensarmos em desenvolver uma cidadania planetária, apta a englobar toda a gama de complexidades existentes no planeta, atenta ao multiculturalismo e respeito às identidades regionais. Ao nos tornarmos cidadãos do mundo – cosmopolitas, portanto – é que teremos condições de equilibrar o local com o global, respeitando diferenças e evoluindo com o todo.

Conclusão

A partir do que foi exposto, verificou-se que o exercício da cidadania só será plenamente implementado se cumprida, pelo Estado, toda a carga de requisitos formais e materiais de desenvolvimento do cidadão. Do contrário, não haverá cidadãos, mas um mero conjunto de habitantes anencéfalos e passivos.

Restou evidenciado que as visões mecanicista e cientificista de mundo foram superadas pelas visões holística e integral, uma vez que as primeiras mostraram-se inábeis à resolução dos profundos e complexos problemas advindos dessa atual pós-modernidade global.

Ademais, verifica-se um panorama desta necessária transição da ótica fragmentada para a ótica do todo, especialmente quando da visualização da questão da “era planetária” levantada por Morin e Kern.

Finalmente, com a análise do duplo fenômeno da globalização com a busca pela constituição de “tribos de pertencimento”, resta evidenciado que não é necessário perder o senso de identidade para o exercício de uma cidadania planetária e cosmopolita.

É de se destacar que a relevância do tema é flagrante, não alcançando o presente trabalho respostas definitivas. É fato, porém, que a problemática aqui levantada atinge a cada um de nós diariamente, ainda que de maneira reflexa. Assim, permanece a necessidade de encontrar uma solução para tamanha crise de paradigmas.

Referências

- BIRNFELD, Carlos André. **Cidadania Ecológica**. Pelotas: Delfos, 2006.
CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2012.
MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2003.